



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e nove de abril de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Alessandro Luiz Bonifácio – Presidente em exercício, Maria Ângela Dias Lima Pereira Vice-Presidente em exercício e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias dos dias primeiro, oito, onze, vinte e dois de abril, e a Ata da Reunião Solene do dia oito de abril de dois mil e quatorze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as cinco Atas. O Senhor Presidente comunicou: “leitura de correspondências. Esta leitura, queria mais uma vez pedir a vocês calma e deixar o Secretário ler até o final, por favor. Tem a outra do Sindicato também que ele vai ler. Ok. 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Lima”. O vereador Flávio de Almeida disse: “quando a gente fala que tem uma discussão, tem a leitura de uma correspondência do Sindicato, é um corpo perfeito no Plenário da Câmara. A discussão é dos funcionários e inclui o Sindicato. Quando a gente fala da Promotoria, de uma ação que ela adentrou à justiça, eu volto a insistir, quero só que fique gravado nos anais da Casa, é um corpo estranho a este Plenário que é um Poder, um Poder que representa o povo. Então, queria só que



deixasse bem claro que eu discordo da leitura, discordo de qualquer tipo de ação neste sentido”. O Senhor Presidente afirmou: “concordo, vereador. Tanto que ele vai ler, ele quer ler, e eu já coloquei o projeto em pauta. Você está certíssimo, vereador. Só estou pedindo um favor do nosso Secretário, ele quer ler. Está ok?”. O Senhor Secretário esclareceu: “Senhor Presidente, não vai ler porque eu quero não, vai ler porque é uma correspondência”. O Senhor Presidente falou: “acho que todos os vereadores querem menos o vereador Flávio de Almeida. Perdão, vereador Silvânio Aguiar”. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício 388/2014, 29 de abril de 2014, da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Lima, Ivana Andrade Souza, Promotora de Justiça. Encaminha ao Senhor Presidente cópia da Ação Cautelar nº 0045306-85.2014.8.13.0188 para conhecimento. O Senhor Presidente registrou: “atenção, gente. Eu também sou a favor de ele ler, este processo está sendo contra mim. Eu sou a favor e vou aprovar o projeto, tanto que coloquei-o em pauta. Vamos ver futuramente, não tem problema não. O importante é vocês, servidores públicos”. O vereador Flávio de Almeida disse: “só algumas considerações quanto ao que está escrito. A gente só ouvir a leitura e a gente se calar, nós vamos continuar na mesma situação que nós estamos hoje. Veja bem, primeiro que não houve pressa. Quando um vereador pede vista, ele tem os três dias porque é regime de urgência. Foi aonde eu pedi para a reunião sexta-feira, então, não houve pressa. Quando ela diz ‘toque de caixa’ é muito mais sério um pouco, aí falta com o respeito com esta Casa. Quando falta com Casa não falta comigo sozinho, falta com a Casa toda, está certo? Quando ela fala que



em 2013 foram trezentos e poucos milhões, também é desconhecimento total, nós arrecadamos no final quatrocentos e oitenta milhões, deixando para este ano sessenta milhões. É só quem não acompanha o município é que não sabe, é só quem acompanha, partidariamente falando, uma parte da política é que fala essas besteiras todas que estão no papel. Quando eu falo ‘besteiras’, eu falo sem medo nenhum de errar. Outro negócio mais sério ainda, nós temos que deixar bem claro aqui, não tem processo contra o Senhor não, porque senão parece que a gente não está aqui. Todo processo movimentado em qualquer local contra a Câmara Municipal, quem recebe e responde é o Presidente. O Senhor está em exercício, então, por isso o Senhor está recebendo. Quando ela fala que está enviando isso para o Senhor, não tem processo nenhum contra o Senhor não. É algo dela contra a Câmara Municipal, quem responde é o Presidente dela. Só para encerrar, é muito ruim quando ela usa aí ‘prefeito cassado’, veja bem, hoje Cassinho está assumindo. É muito mais sério tudo isso. Então, em um momento que ela diz ‘instabilidade’, as coisas não podem parar não. Se a gente seguir o que ela coloca aí, nós temos que parar Saúde, Educação, Segurança, e não funciona. O problema político criado hoje na nossa cidade não quer dizer que a Câmara vai parar, que nós não vamos funcionar não. Nós temos que funcionar normalmente. O aumento é com base legal. Nós temos dinheiro sim e todo ano aprovamos as Contas acreditando que podemos até ultrapassar o limite. Todos nós sabemos disso e sabemos que em alguns meses pode cair um pouco a arrecadação, mas no final do ano a gente sempre ultrapassa aquilo previsto nesta Casa e votado aqui”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “eu também



quero fazer um comentário. Na leitura da carta, ela diz que o prefeito anterior inflou a casa com cargos comissionados. Este apostilamento, se falta conhecimento, ele é só para o servidor de carreira e nenhum prefeito tem autonomia para criar cargo de carreira a não ser por concurso. Então, os cargos de confiança que tem aí não estão recebendo apostilamento não, a não ser os que são de carreira. Então, não tem nada de inflado aí. Só pontuar”; 2) Ofício sem número do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima. Notificação de Greve – Lei nº 7.783/1989, 28/04/2014; 3) Ofício nº 087/2014, 25/04/2014, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima; 4) Ofício nº 46/2014, 29/04/2014, do: Juízo Eleitoral de Nova Lima – MG, Juiz Eleitoral Francisco Antônio Furtado Ribeiro. Assunto: mandado de segurança nº 197-58.2014.6.00.0000. Impetrante: Cássio Magnani Júnior. O Senhor Presidente informou: “com esta correspondência, aonde eu tinha marcado a posse do nosso Deputado Federal Vítor Penido, está cancelado então”; 5) Ofício sem número do Partido dos Trabalhadores ao vereador Silvânio Aguiar Silva, 28/04/2014. Reafirma as diretrizes partidárias e manifesta a posição do partido conforme Estatuto do PT. No tocante ao projeto de lei que ratifica o Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015, se manifesta favorável à classe trabalhadora de servidores públicos municipais. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.410/2014, autoria do Poder Executivo, que “Altera o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.909, de 28/12/2005, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, além de dar outras providências”.



O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação dos vereadores Maria Ângela Dias Lima Pereira e Tiago Almeida Tito, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto; 2) Projeto de Lei nº 1.419/2014, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Exercício de 2015 e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Leci Alves Campos solicitou: “eu gostaria que fosse solicitado através da nossa Assessoria Parlamentar junto ao Executivo a cópia da Lei da Audiência Pública no que diz respeito à LDB”; 3) Projeto de Lei nº 1.421/2014, autoria do vereador Alessandro Luís Bonifácio, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação dos Cariocas II Futebol Clube. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Tiago Almeida Tito, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto. O Senhor Presidente falou: “queria convidar o vereador Tiago Tito para participar deste projeto comigo”. O vereador Tiago Almeida Tito respondeu: “com a maior honra”; 4) Projeto de Lei nº 1.422/2014, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários – PEP – no município e contém outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Flávio de Almeida, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto; 5) Projeto de Lei nº 1.423/2014, autoria do Poder Executivo, que “Inclui as entidades que indica nas prerrogativas constantes na Lei Municipal nº 2.391, de 12 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão de



auxílios, contribuições e ou subvenções sociais, além de dar outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Tiago Almeida Tito, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto. O vereador José Guedes registrou: “está me estranhando a não inclusão aí do Morro Velho Esporte Clube. Eu fiz o projeto...”. O Senhor Presidente disse: “vereador, a hora em que o projeto estiver em discussão você pode pôr uma emenda”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “nós esquecemos aqui no início dessa reunião, eu queria retificar, ainda há tempo. Neste momento pedir um minuto de silêncio em homenagem ou respeito ao luto, ao funcionário nosso que faleceu, parece que ontem, foi encontrado hoje. O Rafael, eu não sei o sobrenome dele, Rafael Borracheiro”. O Senhor Presidente informou: “Rafael Fernandes. De acordo com o pedido do vereador Gilson Marques, um minuto de silêncio, por favor”. Feito um minuto de silêncio, o Senhor Presidente comunicou: “o Rafael era funcionário do Pátio de Obras e era concursado na função de Borracheiro”; 6) Projeto de Lei nº 1.424/2014, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a concessão de adicional de periculosidade aos servidores públicos municipais detentores dos cargos públicos efetivos de Fiscal Municipal Tributário I e Fiscal Municipal Tributário II, além de dar outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto; 7) Projeto de Lei nº 1.426/2014, autoria do Poder Executivo, que “Inclui o Carnaval com Cristo junto ao Calendário Oficial contido na Lei Municipal nº 2.142, de 23/12/2009, além de dar outras



providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Silvânio Aguiar Silva, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto; 8) Projeto de Lei nº 1.428/2014, autoria do Poder Executivo, que “Nomeia as vias públicas que indica, inserindo-as no Sistema Viário do Município, no Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), e dá outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Gilson Antônio Marques, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto; 9) Projeto de Lei nº 1.429/2014, autoria dos vereadores Maria Ângela Dias Lima Pereira e Flávio de Almeida, que “Concede o nome de ELI SERRETI ao CPP – Centro Psicopedagógico – Unidade Jardim Canadá que indica e contém outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, aprovou a confecção de parecer conjunto para esta proposição; 10) Projeto de Lei nº 1.430/2014, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Cria o Monumento Natural Banqueta do Rego Grande”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Tiago Almeida Tito, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.409/2014, que “Dispõe sobre a afetação e desafetação das áreas públicas inframencionadas, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente



ao Projeto de lei nº 1.413/2014, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da retirada de propagandas visuais no município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Leci Alves Campos, dispensou os interstícios para a votação deste projeto; 3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.416/2014, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Santa Cruz Futebol Clube. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Fausto Niquini Ferreira, dispensou o parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais e os interstícios para a votação deste projeto; 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.418/2014, que “Promove a revisão anual dos valores dos benefícios e os valores de referência para caracterização de situação de pobreza e de extrema pobreza, deverão ser revistos anualmente pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do Município e dos estudos técnicos de implantação e desenvolvimento do Programa Vida Nova, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O vereador Flávio de Almeida falou: “só para fazer rapidinho um adendo aqui, acho que Gilson vai até acompanhar. O que a gente fez aqui hoje na Casa, eu queria chamar a atenção, foi o mesmo que nós fizemos no dia que entrou o projeto do servidor, onde a gente pediu para quebrar prazos, interstícios e pareceres. Então, é só





para a gente provar que é um ato corriqueiro nesta Casa e um ato normal. É um ato que vem acostumando todos os dias, então, por isso que a gente vem pedindo. Por isso que eu pedi, a vereadora Ângela pediu. A gente vem só justificar que o que ocorre nesta Casa, ocorre em toda reunião. Não pedimos exatamente porque é um projeto não. Então, a gente mostrou hoje que esta Casa, a gente pede e a Casa vota”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “eu concordo com o senhor em gênero, número e grau, inclusive eu ia citar isso porque eu ia pedir em alguns projetos que não houvesse dispensa de interstícios e pareceres, mas isso já se tornou uma prática. É como se pudesse abrir mão das Comissões porque todo projeto é urgente aqui, todo projeto pede dispensa de interstícios e pareceres. Então, eu concordo com o senhor plenamente. Então, na hora que eu verificar que é um projeto que merece uma análise, sempre que se fizer necessário, eu vou fazer. Agora, embora eu concordo que a maioria sempre vai prevalecer. E aqui no caso, eu já tinha conhecimento de todos os projetos porque o Presidente que estava como prefeito em exercício já tinha nos comunicado e nós já tínhamos conversado a respeito dos projetos, por isso eu não pedi para poder não haver a dispensa de interstícios e pareceres, porque eu já tinha o conhecimento do teor de todos os projetos”. O vereador Gilson Antônio Marques disse: “eu queria só ratificar aqui a fala do vereador Flávio. Contabilizando aqui, dos treze projetos lidos nesta Casa hoje, salvo engano, nove foram passados com dispensa de interstícios. Porque só o do servidor teve todo esse empecilho, toda essa confusão?”. O Senhor Presidente afirmou: “em cima disso, vereador Gilson Marques e Flávio de Almeida, que esta comunicação



que veio do Ministério Público, eu como Presidente, eu coloquei em pauta em cima disso aí, por isso que eu fui homem e coloquei em pauta. Eu prometi ao Sindicato e aos servidores ontem, coloquei em pauta. A justificativa está certa, viu vereador Flávio de Almeida e Gilson”. O vereador Flávio de Almeida falou: “só para eu dizer que é normal, corriqueiro e previsto na Lei Orgânica do Município e no nosso Regimento Interno, ou seja, não tem nada ilegal, nada errado, está tudo correto”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “e para além disso, quando se pede aqui a dispensa de interstícios e pareceres em situação de urgência não quer dizer que tem que ser votado não. Aqui tem dez pessoas que foram escolhidas pelo povo para decidir, então, por isso que a gente pede”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “Senhor Presidente, eu quero fazer a minha fala aqui, dizer que concordo com a fala do vereador, mas discordo de uma forma radical com relação à monta dos projetos. Nós estamos falando aqui de projetos bem mais simples do que um projeto que tem o valor que tem o projeto de reajuste dos servidores públicos e a importância disso para o orçamento do município. O que não tira de nenhum dos vereadores aqui o direito disso, assim como não tira o direito de pedir mais prazo para apreciar projeto, acho que isso é extremamente normal. É o direito legal do vereador analisar com responsabilidade todos os projetos que entram nesta Casa, sejam eles de servidores públicos, sejam eles de bairro x, y, z, sejam eles de saúde, de qualquer um. É de responsabilidade do vereador ter o cuidado de tratar desses projetos de forma que vote com a consciência tranquila. Eu penso que quando a gente vê os projetos que tivemos aqui na Casa hoje, se comparados com o projeto dos servidores



públicos aqui, dizer que foram pedidas dispensas de interstícios e fazer uma comparação, para quem entende do que a gente está falando, eu penso que é no mínimo temerário”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “realmente, os outros projetos são de menor importância, entre aspas, em valores, mas nós estamos falando do Prata da Casa, o nome já diz Prata, e o Prata da Casa é sempre o menos valorizado. Nós, em especial, eu e mais três vereadores desta Mesa fomos Secretários de governo e nós sabemos que o Prata da Casa sempre foi o menos valorizado. Então, é hora sim de corrigir, eu acho que é muito merecido a gente votar isso com muita atenção e respeito ao servidor”. O vereador Flávio de Almeida falou: “a gente tem que ir aprendendo a legislar e ler um pouco a Constituição, ler um pouco a Lei Orgânica. Por exemplo, vamos supor que nesta data de hoje o prefeito desta cidade, o prefeito Cássio, ele venha sancionar o projeto nesta Casa, um ato legal. É tanto que no final da discussão e votação, eu gostaria que o senhor convidasse o prefeito que está chegando para sancionar para a alegria do povo, os funcionários públicos”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente registrou: “gente, por favor”. Mais uma vez, está muito bom, vamos aguardar, está ótimo, está em pauta, calma, paciência, tranquilidade. Se vocês aguardaram até agora, vamos aguardar mais um pouco. Eu falei com vocês no começo, vocês não podem, vocês tem que ouvir, por favor, respeitar a atitude de cada vereador. Me ajudem nessa aí, por favor, e pede o pessoal lá fora para nós continuarmos dando sequência nos projetos”. O vereador Leci Alves Campos disse: “Senhor Presidente, estamos discutindo neste momento essa questão de fazer os interstícios para dispensar



os pareceres, independente de qual projeto seja. Eu gostaria de aproveitar esse momento e deixar aqui uma mensagem para a Assessoria Parlamentar que nos informe na próxima reunião como se deve atuar com relação à dispensa de pareceres quando o projeto está em tramitação. Porque nós temos dois casos aqui. Nós temos caso que não tramitou em comissão nenhuma, dispensou os prazos e interstícios para votar. E outra situação que já estava tramitando, inclusive com parecer em algumas comissões. Eu gostaria que ficasse um recado aqui para a Assessoria Parlamentar para que a gente tenha esta resposta na próxima reunião”. O vereador Flávio de Almeida solicitou: Senhor Presidente, convidar o prefeito para a Mesa”. O Senhor Presidente afirmou: “quero convidar a líder do governo, a vice-presidente Maria Ângela Dias Lima Pereira para acompanhar o nosso prefeito Cássio Magnani até a nossa Mesa”. A plateia se manifestou. O Excelentíssimo Senhor Prefeito Cássio Magnani Júnior adentrou no Plenário, cumprimentou todos os vereadores e assentou-se à Mesa. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.410/2014, que “Altera o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.909, de 28/12/2005, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, além de dar outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 2) Projeto de Lei nº 1.421/2014, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” –Associação dos Cariocas II Futebol Clube. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 3) Projeto de Lei nº 1.422/2014, que “Institui o Programa Especial de Parcelamento de Créditos



Tributários – PEP – no município e contém outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 4) Projeto de Lei nº 1.423/2014, que “Inclui as entidades que indica nas prerrogativas constantes na Lei Municipal nº 2.391, de 12 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão de auxílios, contribuições e ou subvenções sociais, além de dar outras providências”. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira propôs: “eu, Maria Ângela Dias Lima Pereira, vereadora, Alessandro Luiz Bonifácio, vereador, gostaríamos neste momento de propor a seguinte emenda a este projeto de lei nº 1.423/2014: Art. 1º. Ficam inseridas no art. 1º do projeto de lei nº 1.423/2014 as seguintes entidades, respectivamente nos incisos XXV e XXVI, mantendo-se inalterados os demais itens do texto. Associação dos Admiradores de Equinos de Nova Lima; Associação Comunitária do Bairro Vale da Esperança”. Emenda aprovada por dez votos. O vereador Leci Alves Campos propôs: “Senhor Presidente, eu também gostaria, nos mesmos termos da emenda proposta pela vereadora Ângela Lima e por Vossa Excelência, gostaria que fosse também votada uma emenda acrescentando a Companhia de Teatro Bollonomi”. Emenda aprovada por dez votos. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 5) Projeto de Lei nº 1.424/2014, que “Dispõe sobre a concessão de adicional de periculosidade aos servidores públicos municipais detentores dos cargos públicos efetivos de Fiscal Municipal Tributário I e Fiscal Municipal Tributário II, além de dar outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 6) Projeto de Lei



nº 1.426/2014, que “Inclui o Carnaval com Cristo junto ao Calendário Oficial contido na Lei Municipal nº 2.142, de 23/12/2009, além de dar outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 7) Projeto de Lei nº 1.428/2014, que “Nomeia as vias públicas que indica, inserindo-as no Sistema Viário do Município, no Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), e dá outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 8) Projeto de Lei nº 1.430/2014, que “Cria o Monumento Natural Banqueta do Rego Grande”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 9) Projeto de lei nº 1.413/2014, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da retirada de propagandas visuais no município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 10) Projeto de lei nº 1.416/2014, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Santa Cruz Futebol Clube. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 11) Projeto de lei nº 1.414/2014, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho e o Fundo Municipal de Proteção dos Animais, na forma que especifica e dá outras providências”. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda inclusa no parecer conjunto: “Reunidos, apenas editamos uma emenda modificativa na ementa do projeto, para uma melhor adequação do comando impositivo ao qual se refere os art. 1º e art. 2º, o qual passará a vigorar nos seguintes termos: “Fica instituído o Conselho e o Fundo Municipal de Proteção dos Animais, na forma que especifica e dá outras providências”. Emenda



aprovada por dez votos. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 12) Projeto de lei nº 1.405/2014, que “Institui no Município de Nova Lima o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por dez votos; 13) Projeto de lei nº 1.402/2014, que “Altera nomenclatura da Guarda Municipal”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 14) Projeto de Decreto Legislativo nº 273/2014, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. José Saraiva Felipe”. Em primeira e única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação; 15) Projeto de Lei nº 1.420/2014, que “Ratificam todas as cláusulas do Acordo Coletivo 2014/2015, além de dar outras providências”. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos falou: “Senhor Prefeito aqui presente, demais servidores públicos que estão aqui lotando a nossa galeria. Eu gostaria de justificar o meu voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 1.420/2014, que dispõe sobre a ratificação do Acordo Coletivo 2014/2015. Eu necessitava de um tempo maior para melhor analisar a documentação a mim enviada, havia um item que eu não concordava. Analisei todos os outros itens e verifiquei que haviam pontos mais fortes, como o reajuste salarial e a equiparação e benefícios de outras categorias. Eu valorizo o trabalho do serviço público que sempre preza pelo melhor serviço prestado à nossa cidade. Sempre lutei pelos benefícios dos funcionários, inclusive no meu mandato como Secretário de Cultura. E também na área privada nos



vinte e três anos que trabalhei na AngloGold. Assim, senhores funcionários, eu gostaria de encerrar afirmando que, pela minha vontade, estou dizendo o sim aos servidores públicos”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “eu quero agradecer a oportunidade que o Senhor está me dando de falar, mas o que eu tinha que dizer aqui em prol do servidor público, eu já disse. Parabenizo novamente Vossa Excelência por ter mantido o projeto em votação e parabenizo o Senhor Prefeito, não só pelo retorno à Casa, como também pela atitude de coragem de estar aqui para sancionar, se por ventura chegar na Mesa aí aprovada esta Lei. O meu voto é sim”. O vereador Flávio de Almeida disse: “Senhor Presidente, eu, como líder do Partido dos Trabalhadores, ia falar por último por alguns motivos. Mas, já que o Senhor resolveu dar a palavra assim, respeito a posição do Senhor. O que eu queria dizer é que nessa Casa tem algo interessante. Nós não podemos ficar lembrando das últimas reuniões não, temos que lembrar do dia de hoje. E o dia de hoje é tão importante para os servidores que trazem e buscam recursos para a nossa cidade o tempo inteiro, porque são eles que fazem a máquina funcionar. Eles fazem a máquina funcionar o tempo inteiro. É tão importante o dia de hoje para o servidor que o prazo e o tempo que a gente perdeu, nós ganhamos com a vinda do nosso prefeito para sancionar no dia de hoje. Então, a vinda aqui hoje é de prazo. Então, prefeito Cássio, o meu voto cada servidor conhece e sempre foi nesta Casa, desde dois mil e um, favorável ao servidor. Jamais eu vou mudar a minha postura. Ela independe, é o que eu venho sempre dizendo, eu, como servidor público estadual, vou sempre votar a favor do servidor em qualquer situação. Estarei junto com eles como o prefeito Cássio,





no passado, como vereador, estivemos sempre juntos nesse tipo de votação. Então, Cássio, eu queria te parabenizar, te agradecer pela sua boa vontade em vir, em parar seus afazeres, em parar a sua comemoração, hoje é um dia muito importante, não só para o Senhor, mas para vinte e três mil pessoas dessa cidade que foram votar no Senhor. Então, é nisso que nós acreditamos, é na democracia, é no voto, é na forma que a pessoa vai e ela vai escolher o seu candidato. Então, vinte e três mil pessoas escolheram o Senhor. O meu voto nessa Casa vai ser, todo dia, favorável ao servidor. Por isso que eu liguei para Cássio, eu, Ângela, Gilson incentivamos, a presidente do sindicato. Então, o meu voto vai ser sempre favorável ao servidor em qualquer questão, em qualquer situação, independe para que lado que o vento vai”. O vereador Tiago Almeida Tito afirmou: “quero só reiterar aqui porque eu queria ter discutido o projeto na reunião de sexta-feira, mas não foi possível. Então, a gente viu nas redes sociais, jornais, na boca do povo, uma série de discussões, uma série de colocações que poderiam inviabilizar esse projeto. Primeiro, tinha gente achando que doze por cento era muito. Mas o pessoal esquece de olhar a inflação acumulada de março de 2013 à março de 2014, onde ela ficou em 6,15%. Então, o ganho real do servidor é de 5,85%. Se não tivesse feito essa correção o salário do servidor estaria defasado. Outro item que está aqui no projeto, na negociação coletiva, eu achava que eram cem, apenas cem assistentes administrativos, mas estava havendo uma injustiça com quatrocentos e vinte e nove auxiliares administrativos que ocupam o cargo de auxiliar administrativo, mas exercem a função similar a de técnico administrativo e ganham bem inferior ao técnico



administrativo. Então, aqui está sendo feita uma correção justa, uma equiparação. Não vai ficar igual, são cargos distintos, mas realmente está fazendo justiça a quatrocentos e vinte e nove servidores que realmente movimentam a máquina pública. Outra questão também é o freio da Lei de Responsabilidade Fiscal. Todo mundo falava isso ‘vai inviabilizar o município, vai quebrar’. Gente, a previsão, aprovada até por esta Casa, de orçamento é de setecentos e vinte milhões. E com o impacto financeiro mandado pela Prefeitura, atinge 42,22%, ou seja, nós estamos muito distantes dos 54% que a Lei de Responsabilidade Fiscal coloca como teto. Então, não há porque ter tanto receio assim. E quero, por último, parabenizar demais, a Michele colocou, a Michele é a liderança lá do sindicato, colocou muito bem aqui na assembleia ontem, que esse ganho não é dos vereadores, não é do município, esse ganho realmente é do servidor. A categoria se uniu, mostrou força, foi à luta e essa vitória hoje não é de mais ninguém do que vocês. Parabéns. Meu voto, apesar de ser novato aqui e nunca ter votado favorável à nenhuma matéria de funcionalismo, mas com muito orgulho, Deus me deu essa honra de votar favorável nesse projeto”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “Senhor Presidente, demais membros da Mesa, vereadores, prefeito Cássio, público presente. É claro que a gente sabe que está todo mundo aguardando a nossa fala, todo mundo tentou rotular como se nós estivéssemos contra o servidor. E pelo fato de eu ter pedido vista no projeto que veio para esta Casa com um pedido de urgência e dispensa de interstícios e pareceres. Eu quero deixar bem claro aqui, como o próprio vereador Flávio falou, que faz parte do trâmite normal da Casa, está no Regimento Interno o direito de pedir



dispensas de interstícios e pareceres, está também no Regimento Interno o direito do pedido de vista do vereador. Então, o que nós fizemos não foi nada fora da lei, não foi nada ilegal, não foi nada contra o servidor, até porque eu não manifestei voto nenhum, até agora não entrou em votação. Então, eu nunca fui contra. E isso eu falei, eu dei a declaração no jornal que me entrevistou que eu nunca fui contra o aumento do servidor, muito pelo contrário, eu declarei aqui em Plenário que eu era a favor do aumento do servidor. Eu estou falando o que está gravado, está registrado em Ata. É claro, eu falei que era a favor do aumento do servidor e vou falar o que eu era contra, eu era contra passar o projeto sem análise. E quando eu fui fazer uma análise, e é importante que o prefeito Cássio esteja aqui para ouvir o que eu tenho a dizer, quando eu fui fazer uma análise, eu, segundo a minha consultoria jurídica, o impacto orçamentário não estava correto. A responsabilidade, eu entendo, desse acordo, é do Executivo. Eu coloquei isso aqui bem claro. No momento da reunião passada o senhor não estava como prefeito. Então, agora o senhor está como prefeito e a responsabilidade é do senhor, eu entendo dessa forma. Jamais eu vou contrariar uma decisão que o senhor está tomando baseado nos seus cálculos, na sua previsão, embora eu não concorde com os cálculos que foram feitos. Mas a dispensa de interstícios que não permitiu que a comissão avaliasse, ela já tinha sido passada. Cabia a mim olhar. Cabia a mim o pedido de vistas. O prefeito Cássio foi vereador durante vários anos, ele sabe muito bem do que nós estamos falando e sempre respeitou a nossa posição porque é prerrogativa do vereador o pedido de vista. Eu pedi vista e vou pedir quantas vezes for necessário. Inclusive, eu quero aproveitar a



presença do senhor aqui para pedir ao senhor que me inclua quando houver alguma questão, algum projeto de lei que tenha essa prerrogativa de urgência, que me inclua para análise antes de chegar ao Plenário. Porque quando chegar aqui e eu entender que o projeto é passível de uma análise melhor, eu vou pedir vista quantas vezes for necessário. Se tiver que colocar minha posição, eu tenho que colocar. Agora, eu não posso é votar cegamente. Os projetos que foram passados aqui foram passados porque eu já conhecia, nós já conversamos sobre esses projetos, compreende? Então, não é isso. Quando chegar aqui e eu não conhecer e eu achar, eu vou pedir quantas vezes for, e o prefeito sabe muito bem que isso é prerrogativa do vereador. Agora, dizer que a gente foi contra o aumento, eu sei que vão continuar falando isso, mas nós em momento nenhum fomos contra aumento, muito pelo contrário, nós sempre fomos favoráveis ao servidor e declarei isso aqui em todas as reuniões. Agora, chegar aqui e achar que vai levar no grito, não vai. Porque eu não posso, eu não posso... Gente, vamos entender uma coisa, o projeto vai ser aprovado, já foi acordado, isso daí está tudo certo. Mas é importante, deixa eu colocar porque é importante, eu sei que existem pessoas aqui que são inteligentes, eu sei que existem pessoas aqui que... Eu já falei, já conversei isso. Quando a pessoa está sendo beneficiada, é claro que ela não quer saber de nada. Talvez eu no lugar também me posicionaria da mesma maneira, eu quero saber... Eu comentei com uma pessoa, fiz o seguinte questionamento com uma pessoa, se você tiver um funcionário e você falar para ele assim, 'olha, eu vou dobrar o seu salário e daqui a cinco anos eu vou te mandar embora'. O que o funcionário vai fazer? Ele vai dizer



assim ‘manda para cá o dobro do meu salário, amanhã Deus dará’. Eu sei que é assim. Mas a responsabilidade do vereador é analisar, isso daí não tem como, eu não posso fugir da minha responsabilidade. Então, tantas quantas vezes forem necessárias e eu achar por bem pedir vista, eu vou pedir. Eu estou falando isso para justificar o meu pedido de vista que tanto foi questionado na cidade. E eu confesso, eu estou votando favorável, eu ia me abster, eu estou votando favorável ao projeto porque o senhor ganhou de novo a causa agora. Então, é o senhor que é o responsável pelo município. Então, eu respeito esse acordo que foi feito pelo senhor. Então, por isso eu estou colocando e antecipando também o meu voto”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “boa noite, Excelentíssimo prefeito Cassinho, boa noite Mesa Diretora, cumprimento os nobres vereadores, público que compõe as nossas galerias, em especial a classe dos servidores públicos municipais. Após uma... Bom, aproveitar que hoje a noite está menos tensa e após uma avaliação, tivemos mais tempo para discutirmos, realmente, discutimos esse projeto bastante. E hoje pela manhã, inclusive, até gostaria de parabenizar a Érika pela maneira como ela me abordou hoje, porque eu estava na escola de natação com a minha filha, não é, Érika? Parabéns. E, realmente, eu saí dali pensando mais em relação a vocês. E por isso eu vou votar favorável ao projeto. E eu gostaria aqui, nesse momento, de ratificar um compromisso meu de campanha. Se vocês têm algum parente que tem um santinho meu podem olhar lá: ‘valorização do profissional’. Inclusive, eu acho que vocês não deveriam estar aqui lutando só por melhoria de salário não. Deveriam lutar também por melhorias de condições de



trabalho. E só para terminar, Senhor Presidente, eu gostaria, nós estamos no finalzinho do mês de abril. Desde o mês de fevereiro do ano passado, que eu tenho me empenhado para conseguir um plano de saúde para os funcionários desta Casa. Já saiu? Então, saiu agora, recentemente. Então, eu fico feliz porque eu me empenhei bastante porque eu gosto do servidor público. Eu não tenho nada contra vocês não. Muito obrigado e meu voto é favorável a vocês”. O vereador José Guedes disse: “quero cumprimentar o prefeito Cássio e dizer que nesse período do Cássio na prefeitura, eu votei todos os projetos que o prefeito mandou para esta Casa; todos. Então, justificativa de voto. Trabalhei na prefeitura por quarenta anos. Nestes quarenta anos percorri dezessete sessões, comecei a trabalhar com doze anos como varredor de rua. Trabalhava descalço, não tinha condições de comprar um calçado, pois no passado na prefeitura não havia pagamentos, somente vales. Em vinte e um anos como vereador, votei todos os aumentos para o funcionário municipal. Estou sendo atacado injustamente antes do projeto entrar em votação. Portanto, mais uma vez, votarei para os funcionários. Se eu votasse contra, estaria votando contra mim porque eu sou aposentado, estatutário, percebo todas as vantagens que vocês percebem. Estaria votando contra a minha esposa que é aposentada. Estaria votando contra meus irmãos que trabalham na prefeitura e são concursados. E votaria contra muitos amigos ao longo dos anos que eu fiz na minha carreira como funcionário e como vereador. Vou pedir mais uma vez, o Cássio é a maior testemunha minha, que quando tiver um projeto polêmico, um projeto de grande importância, que o prefeito mande com antecedência. Que o Sindicato venha e converse



com a gente com antecedência. Para finalizar, a vocês todos, eu sou de uma família de doze irmãos. Jamais, em tempo algum, procurei, na minha vida, prejudicar o semelhante”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “boa noite ao servidor público presente aqui hoje nesse momento tão significativo para a história de vocês. Cumprimentar os vereadores, cumprimentar o nosso prefeito, Cássio Magnani que, com alegria, foi reconduzido ao cargo hoje à tarde. Dizer para vocês que foi uma semana de sofrimento, foi uma semana de angústia. Mas esta semana eu li no jornal uma crônica que dizia o seguinte: ‘sofrer se preciso for, desistir jamais’. E vocês não desistiram, e vocês continuaram firmes, lutando pelo ideal de vocês, lutando pelo direito de vocês, não ideal, pelo direito de vocês. Então, parabéns ao funcionário público que se comportou maravilhosamente bem, parabéns a vocês. E parabenizar o nosso prefeito Cássio Magnani. Deus realmente é providencial, reconduz Cássio Magnani no dia em que nós votamos, com certeza, toda a Casa, em favor do funcionário público de Nova Lima. Muito obrigada”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “Senhor Presidente, boa noite. Boa noite, senhores vereadores. Quero cumprimentar aqui o nosso prefeito e cumprimentar a todo público presente nesta Casa hoje. E é lógico, evidente, eu quero fazer alguns comentários especificamente sobre a ação e a atitude, não só do Silvânio, enquanto cidadão dessa cidade, mas também do Silvânio enquanto vereador. E assim como a vereadora Ângela Lima fez suas colocações especificamente sobre o dia de hoje, o vereador José Guedes fala da sua trajetória, eu penso que tanto eu quanto o vereador Alessandro Luiz Bonifácio, por ter uma identidade tão grande, sem tirar nenhum mérito



dos outros vereadores, mas por ter saído do meio, nós somos muito mais cobrados deste público que aqui está. Fui motorista da prefeitura. Fizeram uma chargezinha comigo, ‘fui o motorista, instalador de antena e volto a ser funcionário de não sei quem’. Não vi aquilo ali como ofensa porque para mim ter nascido e sido motorista não é ofensa nenhuma. Para mim, ser instalador de antena não é ofensa nenhuma. E para mim é um mérito muito grande um motorista, filho de Bela Fama, conseguir fazer uma faculdade, uma pós-graduação e ter a capacidade de sentar, e aí eu vou fazer menção ao Sindicato que representa esta classe aqui hoje, que apesar dos ataques que eu recebi, eu fui extremamente respeitado pelas pessoas que me procuraram. Eu imagino que essa discussão nossa podia ter sido muito mais bem feita, se daquela forma, a Cristiane, hoje cedo, não é Cristiane? A gente conversando, discutindo os pontos e é lógico, evidente, o meu voto aqui é a favor. Mas eu deixei claro para todos os líderes do Sindicato o porquê da minha ação. O porquê, inclusive, de eu não estar aqui presente nesta Casa. E colocava para ela que é como se fosse uma partida de uma torcida só, e que eu fosse torcedor do Cruzeiro e que a torcida fosse só do Atlético. Eu chegava aqui na semana passada, eu era aplaudido, eu saía, eu era vaiado. E eu tinha pontos importantes para discutir com vocês, e eu sabia que não tinha como modificar isso aqui, mas a provocação era necessária, e nós fizemos essa provocação. Eu penso que com o prefeito, não sei qual dos vereadores aqui que disse isso e acho muito pertinente, o prefeito assumiu esse compromisso com os servidores públicos. Quando eu falava da questão dos apostilados, quando eu falava da questão dos impactos que ali, especificamente, na





minha opinião, faltou impacto para apostilamento, faltou impacto financeiro para a gratificação dos servidores dos laboratórios municipais, faltou impacto financeiro para a diferenciação salarial de 20% da Guarda Municipal, GM2, GM1, faltou impacto financeiro para a insalubridade dos servidores. Na minha opinião, faltaram elementos naquele projeto ali que me dariam a liberdade de opinar com mais tranquilidade. O prefeito está aqui, assume a cidade novamente, com toda a certeza ele assume também o ônus do que a gente está fazendo aqui hoje. Então, eu voto a favor, fui funcionário público, penso que o funcionário público, em momento nenhum. Eu uso muito o Facebook, fui criticado por isso, nas minhas manifestações no Facebook, em momento algum, ninguém lá me viu falar que eu era contra os doze por cento de aumento. Ninguém lá viu eu falar que eu era contra, aliás, eu sou até a favor de uma discussão mais elaborada com relação à equiparação salarial dos auxiliares administrativos. Afinal de contas, a minha esposa, que alguém de vocês aqui teve a feliz ideia de colocar no Facebook que ela ganha altos salários da prefeitura porque tem um cargo comissionado, ela é concursada de 2004, com um concurso de auxiliar administrativo que eu defendo que tenha uma discussão mais apropriada com relação aos vinte por cento. Na minha opinião e pelos estudos, que quem me acompanhou do Sindicato, que foi na minha sala e que viu que eu não estava falando, fazendo ilação, que eu tinha documentos, que eu fui na prefeitura, que eu busquei os documentos da prefeitura, e viu que eu tenho esses dados, viu que eu tenho o edital do concurso de 2004, viu que eu tenho o acerto que foi feito em 2007 com os servidores auxiliares administrativos, eu tenho certeza de que



esses líderes que foram lá conversar comigo, eles saíram de lá convencidos que eu não tinha ali uma crise ou uma briga minha com o servidor público, e sim eu tinha uma discussão com a Administração que, ao meu ver, mandou um projeto para cá sem discutir com esta Casa. Agora, esse não é o tema daqui nesse momento, o meu voto é a favor do servidor público. Não só hoje, meu voto é a favor dos servidores públicos sempre. E a luta, na minha opinião, ela tem que ser desse jeito mesmo. Falava com a Gláucia, a Gláucia esteve comigo, me ouviu. Eu falo muito, essa menina sentou e me ouviu. E depois ela ponderou as questões dela com a maior educação, sem me chamar de safado, sem me chamar de cachorro, sem me chamar de sem-vergonha, respeitando o passado que eu tenho nesta cidade, respeitando os calos que eu tenho em minha mão, respeitando minha família que é trabalhadora, respeitando, inclusive, o meu patrimônio. Então, muito obrigado a quem me respeitou. Muito obrigado a vocês e eu digo para vocês, o meu voto é favorável a vocês”. O Senhor Presidente registrou: “mais uma vez, eu acho que quem não estava aqui ontem, vim aqui ontem, pedi desculpas, mostrei ao Sindicato a testemunha de que eu estou sempre com o servidor. Peço a vocês que não estavam aqui ontem, não sei se alguém já sabe, desculpem-me pelo modo que eu agi sexta-feira. Eu tenho a hombridade de pedir a vocês, mais uma vez, desculpas pelo que eu agi sexta-feira. Certo? Cumpri com vocês, está aqui hoje, é o que eu falei com vocês, não critiquem antes de ouvir o voto de cada um, aguardem. As palavras do vereador Flávio de Almeida, Ângela Lima, é muito bom, aguardem. Olha que bacana. Muito obrigado a vocês por me ajudarem hoje, por essa reunião maravilhosa, contribuir. Olha



que bacana, parabéns para nós, servidores. E eu não vou ficar aqui falando muito. Vocês sabem muito bem, todos os vereadores falaram. Vocês sabem muito bem que eu sou servidor e visto a camisa mesmo. A Érika e a Letícia são testemunhas. Um dos poucos vereadores que acompanhou a greve fui eu, eu estava de lá, para cá e para lá. E sem acontecer fato nenhum, eu vim aqui ontem e enfrentei todo mundo. E volto a repetir para a Gláucia e para a Patrícia, de manhã cedo ontem, o carro de som já estava na rua falando que era a Câmara Municipal, na frente delas, está liberado sim, a Câmara sim, está liberado, eu sou servidor. E estive aqui. Então, acho que não preciso falar muito, hoje vocês estão tendo a prova dos dez vereadores, certo? Falei ontem, eu não respondo por cabeça de vereador, eu respondo pela cabeça de Alessandro. Certo? Eu falo por mim. E hoje vocês estão vendo cada um. Então, eu acho que hoje todos os dez merecem respeito, gente. Eles não votaram contra, cada um deu a sua opinião, eles não votaram contra. Então, quero que vocês vão para casa, reflitam muito nesse feriado que eles não votaram contra. Se votassem contra, está ok? Então, vamos lá”. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. A plateia se manifestou. O prefeito Cássio Magnani Júnior disse: “gente, boa noite. Gostaria primeiro de cumprimentar os senhores vereadores, todos eles, o Alessandro Coxinha, Ângela Lima, Silvânio, José Guedes, Fausto, André, Tiago, Gilson, Flávio, Leci Campos. É muito bom, a Câmara Municipal, quando a gente vem, é comovente ver a Câmara Municipal trabalhar e desta forma participativa é ainda melhor. Parabéns aos senhores vereadores por estarem participando de um momento tão importante, com a



participação popular porque, afinal, a Câmara é o local de ressonância da população, onde a população se manifesta; isso é muito importante. Este projeto, eu gostaria só de tranquilizar os vereadores e tranquilizar os senhores servidores também, que é um projeto que está sendo discutido desde o ano passado junto à diretoria do Sindicato, a quem eu quero aqui enaltecer pelo trabalho brilhante que vem fazendo. No início do ano passado, o Sindicato sentou com a gente e nos relatou a enorme defasagem que o servidor público tinha em seus vencimentos, com mais de vinte por cento. No ano passado, o orçamento não tinha sido elaborado por nós, o orçamento tinha sido elaborado pela outra gestão. Então, nós dissemos ao Sindicato da impossibilidade, naquele momento, de nós fazermos uma recomposição salarial dos vinte por cento que eram tão necessários. Fizemos os dez por cento, os servidores legitimamente se mobilizaram, fizeram uma greve, nós compreendemos, mas no final o servidor entendeu também que não era possível a recomposição dos vinte por cento, que era a defasagem histórica de vários anos que o servidor teve. Ficamos para este ano. Então, esta programação que foi feita aqui não foi feita nem em dias, nem em meses, foi feita em um ano que nós viemos programando, Sindicato e Administração Pública vinham programando este aumento. O Sindicato ainda queria, bateu em quinze por cento, dezesseis por cento, nós ainda resistimos, por isso que não veio antes o projeto para a Casa porque houve ainda um debate muito grande porque nós ainda falamos da impossibilidade dos quinze, dezesseis por cento e ficamos nos doze por cento que, afinal, não é nenhum monstro; doze por cento ainda é pouco por tudo que o servidor



merece. Tudo que nós fizemos, fizemos com cálculo na receita e nós programamos ano passado este aumento porque fizemos o nosso orçamento próprio para ser executado este ano. E esta previsão dos doze por cento já está desde o ano passado, e os senhores aprovaram aqui brilhantemente estes doze por cento de aumento para os servidores, já estava aprovado pelos senhores no orçamento público. E nós não fizemos nada mais do que conceder o aumento que já estava aprovado, que não é nada exorbitante, e hoje representa quarenta e dois por cento da nossa receita. Não é verdade também, como não foi vereador nenhum que disse, mas algumas pessoas disseram que esse momento da receita do nosso município é um momento excepcional, não é não, a nossa receita tem uma tendência a um médio prazo de se comportar dessa forma, graças a Deus, porque a Vale está em franca produção e o projeto de expansão prevê pelo menos vinte e cinco anos nas três minas; uma vai exaurir primeiro, mas já está a quarta mina já em desenvolvimento para entrar em operação. Então, nós não temos perspectivas ao longo de quinze, vinte anos de termos a nossa receita drasticamente reduzida, graças a Deus. Então, é uma atitude responsável que os senhores vereadores tomam comigo hoje, podem ter certeza, eu jamais submeteria os senhores a isso, muito menos os servidores a uma situação de insegurança. E fiz isso para mim cumprir, podem ter certeza, porque eu tenho enorme prazer, enorme satisfação de pagar estes benefícios ao servidor público. Muito obrigado”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente afirmou: “vou pedir o nosso Secretário para fazer a leitura do ofício enviado ao prefeito agora, com a minha assinatura. Por favor, Secretário”. O Senhor Secretário proferiu a leitura: “Ofício de



número cento e seis de dois mil e quatorze. Nova Lima, vinte e nove de abril de dois mil e quatorze. Senhor Prefeito. Concluídas finalmente as formalidades regimentais, valemo-nos do presente para comunicar a Vossa Excelência sobre a apreciação e aprovação em reunião ordinária do dia vinte e nove de abril de dois mil e quatorze, do Projeto de Lei nº 1.420/2014, autoria do Poder Executivo, que ‘Ratificam todas as cláusulas do Acordo Coletivo 2014/2015, além de dar outras providências’. Atenciosamente, Alessandro Luiz Bonifácio, Presidente em exercício”. O prefeito recebeu o supramencionado ofício e sancionou o Projeto de Lei nº 1.420/2014. A plateia se manifestou. O vereador Flávio de Almeida falou: “vergonhosamente, um sujeito me ameaçando por ter votado a favor. Irmão, a Guarda Municipal, por gentileza, eu quero fazer uma ocorrência”. O Senhor Presidente suspendeu a reunião por alguns minutos. Reiniciando os trabalhos, solicitou a leitura de requerimentos. O vereador Flávio de Almeida registrou: “pode parar com isso, aqui não, rapaz, eu não sou igual aos outros não, companheiro. Senhor Presidente, se o rapaz tem lado e tem partido, é um direito dele de participar das reuniões, nós aceitamos, por isso que a Casa se divide em algumas partes e alguns partidos. Mas eu não posso aceitar que um membro do meu partido faça uma ameaça com um vereador, como eu não posso aceitar de outro. Ele não pode indicar o meu voto e ele não pode me constranger nesta Casa por ter votado a favor dos funcionários, de jeito nenhum. Se ele espera um emprego de qualquer outro do outro lado, o azar é dele. Eu não tenho emprego para os outros. Votei consciente. Eu não aceito, meu partido não aceita isso, ameaçar vereador nesta Casa, como eu não aceito ser



ameaçado por ninguém. Ele fez com o cara errado, é só isso, mais nada, ele só fez com o vereador errado”. O Senhor Presidente disse a alguém da plateia: “você não tem direito à palavra. Por favor, Guarda Municipal, por favor, segurança”. O Senhor Presidente suspendeu a reunião por cinco minutos. Reiniciando os trabalhos, colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Tiago Almeida Tito: Requer providências da Prefeitura Municipal de Nova Lima a fim de que o município assine o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite. Aprovado, sete votos. 2) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal intervenção junto ao DER para instalação de radar eletrônico de controle de velocidade na MG 030 próximo à saída da Rua Eugênia Clark, Montividiu. Aprovado, sete votos. 3) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal que instale uma unidade do tele centro no Bairro Jardim de Petrópolis. Aprovado, oito votos. 4) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer seja enviada Moção de Pesar à família enlutada do Sr. Rui Rodrigues, carinhosamente conhecido como “Caneta”, em razão de seu falecimento no dia 25/04/2014. Aprovado, oito votos. 5) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a instalação de dois postes de luz na Pracinha da Rua dos Andes, próximo ao número 160, Quintas. Aprovado, oito votos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_